



COICA
PRE COP
INDÍGENA DE LA
CUENCA AMAZÓNICA



Perú



Brasil



Venezuela



Bolivia



Ecuador



Guyana



Colômbia



Surinam



Guyana Francesa

MANDATO POLÍTICO DA COICA À COP30

“Vozes Territoriais da Floresta”

A Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica – COICA e suas organizações de base AIDESEP (Peru), CONFENIAE (Equador), COIAB (Brasil), OPIAC (Colômbia), OIS (Suriname), APA (Guiana), ORPIA (Venezuela), CIDOB (Bolívia), FOAG (Guiana Francesa) e VIDS (organização fraterna do Suriname), reunidas na cidade de Brasília de 1º a 4 de outubro de 2025 e considerando a Carta da Terra da ECO 92, a Declaração de Brazzaville, a Declaração Política dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica e de todos os biomas do Brasil para a COP30, a Proposta da Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas (ORPIA) no marco da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) dos Povos Indígenas, a Declaração de Paramuru'po: vozes das mulheres indígenas amazônicas, a Posição dos Povos Indígenas da Amazônia frente à V Cúpula Presidencial da OTCA, em cumprimento ao mandato do Conselho de Coordenação da COICA (CCC), erguemos nossas vozes por meio deste MANDATO POLÍTICO DA COICA, ***“Vozes Territoriais da Floresta”***, pela ação climática, proteção da biodiversidade e defesa de nossos direitos.

Os Povos Indígenas da Amazônia somos parte da natureza, não estamos fora dela, e somos os donos ancestrais e autoridades legítimas de nossos territórios. Quando a floresta adoece, a humanidade adoece; quando os rios se esgotam, nossa vida se esgota. A Bacia Amazônica, coração climático do planeta, atravessa uma fase crítica, chegando ao seu ponto de não retorno, devido aos graves incêndios florestais, às economias legais e ilegais e às atividades extrativas que destroem e contaminam o território, à seca extrema, ao desmatamento, às mudanças no ciclo da água e à contaminação de rios e lagos, que atingiram níveis historicamente alarmantes, somando-se à perseguição, criminalização e assassinato de líderes e lideranças indígenas defensores e defensoras do território.

Toda medida climática ou energética que afete os Povos Indígenas e seus territórios deve respeitar nossos direitos, como o direito à autodeterminação e ao consentimento prévio, livre e informado, incluindo o direito de dizer não, e garantir nossa participação e representação plena e efetiva em todas as tomadas de decisão, através de nossas próprias estruturas de governança. Do mesmo modo, a ação climática deve ser medida também por indicadores baseados nos direitos coletivos dos Povos Indígenas e pela coerência entre o discurso e a prática, que respondam à nossa ética, que como Povos Indígenas da Floresta Amazônica praticamos, e pela qual exigimos que as promessas sejam cumpridas.

Por isso, nós, os Povos Indígenas da Bacia Amazônica, exigimos que todas as decisões da COP30, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e toda política climática implementada pelos Estados Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) adotem e implementem as seguintes propostas:



023 226 744
+593 98 040 5446



coica@coicamazonia.org



<https://coicamazonia.org/>



COICA
PRE COP
INDÍGENA DE LA
CUENCA AMAZÓNICA



Perú



Brasil



Venezuela



Bolivia



Ecuador



Guyana



Colombia



Surinam



Guyana Francesa

1. **Garantir a segurança jurídica de nossos Territórios** por meio da demarcação, titulação e/ou outras medidas legais e administrativas, incluindo as dos territórios dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI).
2. **Decretar a Amazônia como uma zona de exclusão de todo tipo de atividades extrativas**, em particular o petróleo, o gás e a mineração convencional e de minerais de transição ou críticos, começando pelos territórios dos Povos Indígenas e, de maneira urgente, pelos territórios dos PIACI.
3. **Decretar os territórios dos PIACI como zonas de exclusão de facto intangíveis**, livres de qualquer atividade extrativista, e criar corredores transfronteiriços que garantam seus direitos e existência.
4. **Garantir os direitos dos Povos Indígenas e dos PIACI na transição energética justa.** A transição energética não pode substituir um modelo extrativista por outro, mas deve transformar o modelo econômico e energético para assegurar o respeito à natureza e aos nossos direitos coletivos. As medidas climáticas devem ser construídas conosco e não sobre nós, garantindo que a Amazônia continue sendo um território vivo e não uma zona de sacrifício.
5. **Adotar medidas urgentes de proteção para líderes, lideranças e defensores indígenas e ambientais em situação de risco**, priorizando protocolos regionais de prevenção e proteção articulados com as instituições de justiça e direitos humanos de cada país, em conformidade com o **Acordo de Escazú**.
6. **Adotar e operacionalizar mecanismos de financiamento direto, flexível e culturalmente apropriado para Povos Indígenas e suas organizações**, sem que gere dívida. Devem ser criadas janelas específicas em fundos multilaterais, como o **Fundo Verde para o Clima (GCF)**. Exigimos compromissos com metas quantitativas e qualitativas justas, destinando uma proporção equivalente às contribuições dos territórios indígenas nas metas climáticas e nas NDCs, e que pelo menos 40% do financiamento seja dedicado a partir do **Pledge 2.0** e do **Tropical Forest Forever Facility (TFFF)**.
7. **Reconhecer nos mecanismos de perdas e danos** que os impactos sobre os Povos Indígenas não são apenas econômicos e materiais, mas também espirituais, culturais e intergeracionais, como a perda de línguas, culturas, saberes, espiritualidades e territórios sagrados. Exigimos que o **Fundo de Perdas e Danos** e as Partes garantam a participação indígena com poder de decisão, desenvolvam e fortaleçam mecanismos indígenas que garantam um canal de acesso direto a esses mecanismos.
8. **Garantir que na meta global de adaptação e em sua implementação** sejam respeitados os direitos coletivos e os planos de vida dos Povos Indígenas.
9. **Os indicadores sobre a meta global de adaptação e os Planos Nacionais de Adaptação (NAP)** devem incorporar e garantir nossos direitos coletivos, planos de vida e governança, com dados desagregados por povos e territórios indígenas.
10. **Garantir a participação plena e efetiva dos Povos Indígenas na governança climática.** Exigimos assentos com direito a voto na governança do **GCF**, do **Fundo de Perdas e Danos** e de outros mecanismos relevantes, e na seleção e avaliação de projetos. Da mesma forma, que as delegações nacionais incluam negociadores indígenas



023 226 744

+593 98 040 5446



coica@coicamazonia.org



<https://coicamazonia.org/>



COICA
PRE COP
INDÍGENA DE LA
CUENCA AMAZÓNICA



Perú



Brasil



Venezuela



Bolivia



Ecuador



Guyana



Colombia



Surinam



Guyana Francesa

designados por nossas organizações representativas. Demonstramos capacidade técnica e política para incidir em textos e decisões, e continuaremos a fazê-lo com propostas escritas e roteiros compartilhados, articulados com países aliados e outras bacias tropicais.

11. **Gerar espaços e mecanismos permanentes de diálogo, articulação, planejamento e cogestão de governo a governo** entre os Estados Parte e os Povos Indígenas, em igualdade de condições, para discutir sobre as políticas climáticas que permitam a regionalização de metas concretas, a fim de reverter o ponto de não retorno do bioma amazônico.

Instamos com firmeza que somos as vozes territoriais da Amazônia. Não pedimos permissão para existir nem para decidir sobre nossas malocas, florestas e rios; exigimos coerência: que a ação climática reconheça quem somos e como vivemos. A Amazônia viva é condição para a estabilidade climática do planeta. **Belém do Pará** será um espaço histórico no qual o mundo terá a possibilidade de converter décadas de declarações em ações urgentes e vinculantes. Convidamos os Estados e a comunidade internacional a caminhar conosco nesta rota: **territórios demarcados/titulados e não sacrificáveis; participação com poder de decisão; financiamento direto sem dívida; transição justa sem extrativismo; e reparação integral de perdas e danos.**

**A resposta somos nós
Amazônia viva, humanidade segura**

Promulgado em Brasília em 04 de outubro de 2025

☎ 023 226 744
+593 98 040 5446

✉ coica@coicamazonia.org

🌐 <https://coicamazonia.org/>